

Educação Ambiental e História Ambiental em diálogo como possibilidades para o *ser mais*

Lisiane Costa Claro¹

Vilmar Alves Pereira²

Resumo:

Ao reivindicar o campo da Educação Ambiental enquanto uma concepção educativa que dialogue com o projeto de uma sociedade utópica no sentido do inédito viável, mais justa e com a superação das opressões, encontramos enquanto premissa a necessidade de rever permanentemente a vocação ontológica da educação. Aproximamos essa perspectiva a um campo do saber que se constitui em um sentido próximo ao campo amplo educativo que buscamos revitalizar, a História Ambiental. Acreditamos que esses campos se aproximam tanto no que tange as suas possibilidades transformadoras, como também em relação as possíveis fragilidades que possam surgir em torno de discursos aligeirados e intencionalidades antagônicas a um projeto de sociedade anunciado em Freire. Com isso, enfatizamos que a tanto a Educação Ambiental quanto a História Ambiental nas quais acreditamos, devem estar vinculadas a uma proposta que aborde os saberes-fazer dos sujeitos no horizonte do *ser mais*. Temos enquanto objetivo lançar provocações em torno desse diálogo entre a Educação Ambiental e a História Ambiental que auxiliem na revisão das posturas educativas presentes nos diferentes espaços, de maneira a revitalizar a necessidade dos fundamentos no campo da educação, mais especificamente, no bojo de uma Educação Ambiental que se pretenda popular.

Introdução

Quando pensamos nos espaços educativos, problematizamos, enquanto educadores e pesquisadores, a constituição dos saberes construídos a partir das experiências tramadas no campo da existência e concretude dos sujeitos partícipes do processo de ensino-aprendizagem.

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, PPGEA/FURG.
lisianecostaclaro@hotmail.com.

2 Professor doutor do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, PPGEA/FURG.
vilmar1972@gmail.com.

Sobretudo, é preciso problematizar a serviço de quais saberes estamos propondo-nos a cada conteúdo revisitado, forma de abordagem, metodologia de ensino e, para além disso, a serviço de qual concepção educativa estamos trabalhando.

É nesse horizonte, que (re)avaliar nossa postura nos espaços que ocupamos por termos a formação que nos constitui enquanto intelectuais orgânicos, exige a busca pelas bases que nos impulsionam a cada proposta de cunho educativo. Bases essas, as quais precisam ser revisadas constantemente, mas que, igualmente, precisam estar alicerçadas em um projeto maior: um projeto que conduza o sentido ontológico da educação. Para Freire, a educação precisa estar a favor do *ser mais*. Por isso, objetivamos, ao salientar a necessidade de retomarmos o campo dos fundamentos na esfera educativa, realizar um diálogo entre a História Ambiental e a Educação Ambiental enquanto possibilidade de contributo a um saber-fazer nos espaços educativos que tenha como interesse o empoderamento dos sujeitos aprendentes.

Desse modo, ao indagarmos sobre a possibilidade de aproximação entre a História Ambiental e a Educação Ambiental para o alcance de alguns fundamentos educativos coerentes as viabilidades de *ser mais*, apostamos em formas mais coletivas, solidárias e emancipadoras da reconstruções do saber-fazer nos espaços que ocupamos e que nos constitui enquanto docentes e educadores.

Tranças da Educação Ambiental, História Ambiental e o sentido do *ser mais*

Paulo Freire (1987) apresenta a relação entre desumanização e humanização ao ressaltar a possibilidade da vocação ontológica do *ser mais*: na medida em que o sistema reproduz processos de opressão e alienação, desumanizando os sujeitos, a negação dessa condição, expressa nas lutas em busca de uma outra lógica, que não a do mercado, demonstra a infinitude do ser. Esse ser, inacabado, inconformado com sua condição (de *ser menos*), portanto consciente de tal situação no mundo, ao realizar os enfrentamentos dessa concretude, protagoniza um duplo processo: o de denunciar a realidade e o de anunciar outras possibilidades de fazer-se **no** mundo e de fazer **o** mundo. Assim:

Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na

história, não é porém, *destino dado*, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o *ser menos*. (FREIRE, 1987, p.17).

Nesse horizonte, o processo de humanização é possível, sobretudo, necessário, na busca pela superação da sociedade de classes. Aqui, tentaremos compreender nos campos evidenciados, na História Ambiental e na Educação Ambiental, possibilidades da construção de bases no campo educativo para uma prática em coerência com *o ser mais*.

De maneira breve e comprometida, passamos a compreender o campo da História Ambiental no sentido capaz de dialogar com a proposta ontológica da educação. Logo, abordamos as possibilidades da Educação Ambiental para pensarmos como esses dois campos viabilizam a elaboração dos saberes-fazeres que realoquem os atores sociais enquanto protagonistas de seu caminho.

Para Drummond (1991), a História Ambiental resulta de um projeto de alguns historiadores os quais compreendem a importância de ajuste entre diferentes temporalidades: o tempo geológico (ou natural) e o tempo social. Trata-se de um esforço em combinar a história natural com a história social, conceber sociedade e natureza articuladas, atribuindo aos componentes naturais a capacidade de condicionar de maneira significativa as sociedades.

Desse modo, o campo em evidência, confere a dinâmica da natureza um estatuto de agente condicionador cultural, mas da mesma forma, entendendo que a cultura humana age sobre o meio físico material, propiciando significados e usos complexos dos seus elementos.

Em diálogo a essa compreensão de influência dos elementos naturais na construção cultural, cabe retomar os tensionamentos entre a elaboração do escopo conceitual de natureza:

Na sociedade ocidental, veremos que subjacentemente às relações sociais instituídas em meio a tensões, conflitos e lutas, elabora-se um conceito determinado de natureza que fundamentalmente dela desloca o homem. E aí se torna fácil perceber por que o imaginário ocidental costumeiramente associa à natureza os segmentos ou classes sociais oprimidos e explorados, naturalizando essas condições (PORTO-GONÇALVES, p.125, 2011).

Consideramos que a História Ambiental demonstra a aproximação desses elementos que por tanto tempo foram postos num patamar dicotômico com a lógica de uma racionalidade instrumental concebida em um pensamento moderno científico ainda preso aos moldes cartesianos.

Entre os aspectos metodológicos da área enquanto campo do conhecimento, Drummond (1991) destaca que os estudos apresentam os seguintes traços: a ênfase em regiões com determinadas identidades naturais (o que tocaria no campo da territorialidade, em outras palavras); o diálogo com as ciências naturais (em suas questões ecológicas ao focar nas condições físicas dos espaços de análise); consideram as interações entre o quadro dos elementos naturais e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas; utilizam uma grande variedade de fontes e realizam trabalhos de campo com esforços em compreensões sobre as transformações paisagísticas e seus significados.

A partir desses aspectos salientados, é possível compreender que o campo anuncia algumas possibilidades na produção científica, as quais, queremos aqui, aproximar da construção dos saberes-fazer nos espaços educativos, tais como: a interdisciplinaridade enquanto promotora de novas produções e ações que considerem a interação entre homem e natureza, o reconhecimento das produções no bojo da existência de diversos modelos de sociedade e, portanto, destacando as sociedades tradicionais e suas leituras de mundo, tanto presentes dos contextos de estudo quanto na diversificação das fontes utilizadas para a compreensão das problemáticas identificadas.

Esses traços estão entrelaçados com a Educação Ambiental no seu sentido transformador, pois esse campo afirma seu espaço ao reivindicar, entre outras questões, uma pedagogia que contesta a *educação bancária*, tradicional e pautada na concepção que não reconhece os saberes dos sujeitos que participam do processo educativo.

Loureiro (2009), enfatiza essa necessidade de abordar uma *Educação Ambiental Crítica*, haja vista que determinados conceitos e categorias teórico-metodológicas na área da Educação Ambiental tornaram-se tão recorrentes na fundamentação de ações, projetos e programas de forma a perder sua *razão de ser*, o que acarretou no inócuo entendimento do que

caracteriza a Educação Ambiental³. Sobre um possível fundamento caro ao saber-fazer no horizonte do *ser mais*:

Educar é emancipar. A ação emancipatória é o meio pelo qual podemos romper com a barbárie do padrão vigente de sociedade e de civilização. Emancipação e transformação social são elementos que explicitam não se tratar de uma Educação Ambiental genérica, de um conjunto de conceitos que servem indistintamente para qualquer atividade que se autodenomeie como Educação Ambiental”. (LAYRARGUES, p.15, 2009)

Dessa forma, ao buscar o sentido ontológico da concepção educativa que se proponha no sentido do *ser mais*, não consideramos enquanto proposta transformadora qualquer ação e produção que se intitule enquanto Educação Ambiental, mas que não tenha enquanto razão de ser, a mudança radical da lógica que sustenta a condição opressor-oprimido.

Todavia, compreendemos que a construção dos saberes-fazer nos espaços educativos, sejam eles formais ou não, se dão a partir de um processo. Para tanto, defendemos que essa dinâmica é iniciada quando há o reconhecimento dos diversos saberes presentes nos coletivos que participam dos ambientes em que ocupamos enquanto educadores e pesquisadores. Cremos que ser esse, um primeiro passo para a elaboração de uma compreensão mais alargada de mundo, no sentido de uma *racionalidade ambiental*, a qual é capaz de ultrapassar os sentido utilitaristas planejados no bojo de uma *racionalidade instrumental*.

Considerações

Compreendemos que a História Ambiental ao constituir-se com contribuições oriundas do movimento ambientalista e tronando-se um campo de estudos com aspectos que se vinculam a ação do homem no mundo, reconhecemos o desdobramento desse mesmo

³ Cabe aqui reconhecermos que essa problemática identificada pelo autor, ainda, e talvez como nunca, se faz urgente: a retomada pela demarcação do que é a Educação Ambiental que se proponha subverter a lógica dominante e daí, sim, configurar-se enquanto emancipadora e transformadora. Contudo, abordamos que esse campo em permanente construção, anuncia possibilidades nas entrelinhas identificadas nas práticas e na construção de projetos que insistem em localizar os embates existentes nos campos que parecem estar invisíveis aos espaços institucionalizados ou legitimados dentro do modelo em que vivemos. Para além dos conflitos, ou, junto a eles, vamos aprendendo com os sujeitos que coletivamente apresentam outras formas de pensar e fazer o mundo. Reconhecemos as experiências junto as camadas oprimidas que resistem, elementos que nos façam pensar uma Educação Ambiental que assuma seu caráter de transformação social e que alcancem a formação de sujeitos que se reconheçam na busca por *ser mais*.

movimento num processo que emerge junto à esfera educacional. Esse processo é instigado a partir da necessidade de busca por bases pedagógicas para a abordagem das problemáticas em torno do meio ambiente e da interação entre sociedade e natureza.

Nessa trajetória, podemos afirmar que a Educação Ambiental é um campo demarcado por disputa e viabilidades, o qual considera as contradições emergentes da concretude e existência, com os conflitos e processos opressores nas sociedades, mas que anuncia outros modos de compreensão e ação no mundo se articulado a um projeto educativo que objetive o *ser mais*.

Assim, tanto a História Ambiental quanto a Educação Ambiental, apresentam possibilidades do trabalho educativo junto aos sujeitos coletivos historicamente subalternizados ao considerar os saberes das diferentes sociedades e os impactos da ação humana no meio, bem como a ação dos elementos naturais enquanto condições para a construção cultural, demonstrando a viabilidade de transformação radical.

Referências:

DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental:** temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n 8, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Educação Ambiental com compromisso social:** o desafio das desigualdades. In.: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo de Souza (Orgs). Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (Des)caminhos do Meio Ambiente.** 15^a. ed. São Paulo: Contexto, 2011.